

Companhia Geral de Minas

***Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023***

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V. Srs. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 acompanhadas das notas explicativas. A diretoria está à disposição dos acionistas para prestar quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Poços de Caldas, 13 de março de 2024

A Diretoria

Eduardo Sampaio Doria

Diretor Presidente

Gisele Fernanda Salvador

Diretora

Fernanda Mendes Aguilar

Contadora, CRC 1SP308448/O-4

Índice

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
1. Informações gerais.....	9
2. Resumo das principais práticas contábeis	9
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	16
4. Gestão de risco financeiro.....	17
5. Instrumentos financeiros por categoria.....	18
6. Caixa e equivalentes de caixa	18
7. Outros Ativos.....	18
8. Investimentos	19
9. Imobilizado	20
10. Fornecedores	21
11. Provisão Restauração Ambiental	21
12. Outros Passivos	21
13. Transações com partes relacionadas	21
14. Patrimônio líquido.....	21
15. Receitas	22
16. Seguros.....	22

Companhia Geral de Minas
Balço Patrimonial em 31 dezembro

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO E PL			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.519	1.182	Fornecedores	10	2.650	1.966
Transações com partes relacionadas	13	3.548	1.758	Obrigações tributárias e trabalhistas		919	1.001
Créditos fiscais a compensar		-	54	Imposto de renda e contribuição social		238	232
Dividendos a receber		-	2	Transações com partes relacionadas	13	331	270
Outros ativos	7	288	10	Provisão para contingências		154	182
Circulante		9.355	3.006	Dividendos a pagar	14	1.272	1.540
Depósitos Judiciais		490	293	Provisão para restauração ambiental	11	5.277	1.274
Outros ativos LP	7	5.375	3.010	Outros passivos	12	6.851	20
Investimentos	8	164	181	Circulante		17.692	6.485
Imobilizado	9	33.997	20.560	Provisão para restauração ambiental	11	3.923	1.945
Não Circulante		40.026	24.044	Provisão para contingências		262	255
				Outros passivos LP	12	3.931	-
				Não Circulante		8.116	2.200
				Capital Social	14	16.775	16.775
				Reservas de capital		25	174
				Reservas de lucros		570	316
				Lucros (prejuízos) acumulados		6.203	1.100
				Patrimônio Líquido		23.573	18.365
Total do Ativo		49.381	27.050	Total do Passivo e PL		49.381	27.050

Companhia Geral de Minas

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receitas líquidas	15	26.675	20.544
Custo das vendas		(20.524)	(14.032)
Lucro Bruto		6.151	6.512
Despesas administrativas		(400)	(138)
Outras receitas (despesas) operacionais		(26)	(8)
Participação em sociedades controladas	8	(11)	8
Resultado Operacional		5.714	6.374
Receitas financeiras		370	378
Despesas financeiras		-	(5)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		30	532
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição		6.114	7.279
Imposto de renda e contribuição social		(1.025)	(1.117)
Lucro (prejuízo) do exercício		5.089	6.162
Ações em circulação no fim do exercício (em milhares)		11.061	11.061
Lucro (prejuízo) líquido por ação da Companhia – R\$ no fim do exercício		460.08	557.09

Companhia Geral de Minas

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	12/2023	12/2022
Lucro líquido do exercício	5.089	6.162
Total do resultado abrangente do exercício	5.089	6.162

Companhia Geral de Minas**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros		
		Capital Social	Prêmio de opções de ações	Incentivos fiscais	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021		16.775	245	8	-	-	(3.214)	13.814
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.162	6.162
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	(1.540)	(1.540)
Prêmio de opção de ações		-	(71)	-	-	-	-	(71)
Constituição reserva legal	14	-	-	-	308	-	(308)	-
Reserva para investimentos	14	-	-	-	-	1.100	(1.100)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		16.775	174	8	308	1.100	-	18.365
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.089	5.089
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
Dividendos revertidos		-	-	-	-	1.540	-	1.540
Prêmio de opção de ações		-	(149)	-	-	-	-	(149)
Constituição reserva legal	14	-	-	-	254	-	(254)	-
Reserva para investimentos	14	-	-	-	-	3.563	(3.563)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		16.775	25	8	562	6.203	-	23.573

Companhia Geral de Minas

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
LAIR		6.114	7.279
Ajustes		13.103	3.201
Depreciação, amortização e exaustão	9	3.319	2.099
Provisões		9.773	1.109
Equivalência patrimonial	8	11	(7)
		19.217	10.480
Redução (aumento) nos ativos e passivos		1.870	(9.343)
Transações com partes relacionadas (ativo)	13	(1.790)	528
Créditos fiscais		54	(49)
Depósitos judiciais		(197)	(1)
Outros ativos	7	(2.641)	(772)
Fornecedores	10	684	(4.897)
Outros a pagar	12	10.623	(171)
Provisão para restauração e reabilitação ambiental	11	(3.824)	(2.808)
Obrigações tributárias		(82)	(156)
Transações com partes relacionadas (passivo)	13	61	61
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.018)	(1.078)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.087	1.137
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		(16.750)	(919)
Aquisição de ativo imobilizado	9	(16.756)	(919)
Dividendos recebidos	8	6	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(16.750)	(919)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		4.337	218
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		1.182	964
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		5.519	1.182

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

1. Informações gerais

As atividades da Companhia Geral de Minas S.A. (“Companhia”) concentram-se na pesquisa, lavra e exploração de minas ou jazidas minerais de qualquer espécie, não só as que adquiriu no ato da escritura mas também as que vierem a ser adquiridas aproveitamento, tratamento, beneficiamento dos respectivos minérios ou produtos manufaturados, em qualquer de suas formas, podendo ainda, exportar, comprar e vender minérios.

A Companhia é uma sociedade por ações com sede no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, e é controlada pela Alcoa Alumínio S.A. que possui 99,99% do capital social da Companhia, a qual por sua vez é uma subsidiária integral indireta da Alcoa Corporation (Estados Unidos). A Companhia em conjunto com sociedades ligadas, compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia Geral de Minas S.A. foi autorizada pela diretoria em 13 de março de 2024.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:

- **Alteração CPC 26 (R1) “Divulgação de políticas contábeis”:** alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- **Alteração CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração CPC 32 “Tributos sobre o Lucro”:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.
- **Alteração CPC 32 “Tributos sobre o Lucro”:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois do OCDE.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. Ademais, outras alterações

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

publicadas para o exercício de 2023 não são relevantes para a Companhia. Isto posto, não é esperado que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, a administração continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua investida são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os resultados financeiros cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados contra o resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A deterioração de um ativo ou grupo de ativos financeiros só se caracteriza

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e sociedades ligadas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos.

2.6 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, jazidas minerais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico subtraído da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefício econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. As jazidas minerais são exauridas individualmente com base na estimativa de produção da mina. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	5 a 40
Equipamentos e instalações	10 a 30
Veículos	5 a 8
Móveis e utensílios	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9 Provisões para restauração e reabilitação ambiental

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem somente a despesa corrente do exercício, haja vista que a Companhia apura os tributos diretos pelo regime de apuração do Lucro Presumido.

2.11 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

2.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, o controle é transferido e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos mercado interno

O reconhecimento da receita de vendas no mercado interno é basicamente para a controladora Alcoa Alumínio S.A., que substancialmente refere-se à venda de bauxita, baseia-se nos princípios a seguir:

(i) Mercado interno: as vendas são feitas à vista ou a prazo, com prazo médio de 30 dias.

Essas vendas são reconhecidas por ocasião do integral cumprimento das obrigações de desempenho e transferência de controle.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:

- (a) provisões para contingências e avaliação de processos tributários;
- (b) impacto de *impairment* nos investimentos, no ativo imobilizado e nos tributos a recuperar;
- (c) provisão para restauração e reabilitação ambiental;
- (d) revisão de vida útil do ativo imobilizado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (basicamente risco de moeda), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da controladora, segundo as políticas aprovadas pela controladora.

(a) Risco de mercado

Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria da controladora. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, caso seja aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, a

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

Companhia conta com o apoio imediato de sua controladora. Assim, a Companhia pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o grupo de tesouraria. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a contas a pagar e a receber com partes relacionadas e outros fornecedores.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	97	50
Aplicações financeiras	5.422	1.132
Total	5.519	1.182
Total Caixa e equivalentes de caixa	5.519	1.182

Em 31 de dezembro de 2023, caixa e equivalentes de caixas incluíam substancialmente saldo de caixa, banco e aplicações financeiras com alto índice de liquidez de mercado, vencimentos superiores a 90 dias e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados em 2023 a base média de 100,6% do CDI (99,31 em 31 de dezembro de 2022)

7. Outros Ativos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a Empregados	1	10
Despesas antecipadas	287	-
Exploração de Minas	5.375	3.010
	5.663	3.020
Outros ativos	288	10
Outros ativos LP	5.375	3.010

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

8. Investimentos

		Saldos dos Investimentos em 31 dezembro	
		2023	2022
	Participação		
Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda	4,02600000%	164	181
		164	181
		2023	2022
Em 1° de Janeiro		181	176
Participação nos lucros de coligadas		(11)	7
Dividendos recebidos/antecipados de coligadas		(6)	-
Dividendos declarados de coligadas		-	(2)
Em 31 de dezembro		164	181

O percentual de participação na investida Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda. não sofreu alterações no exercício de 2023.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

9. Imobilizado

	Terrenos e Jazidas	Edificações	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Desmobilização de Ativos	Total em Operação
Saldos em 31 de dezembro 2021	18.719	5	-	-	3.016	21.740
Aquisição	-	-	-	-	919	919
Depreciação / Exaustão / Amortização	(343)	(1)	-	-	(1.755)	(2.099)
Saldos em 31 de dezembro 2022	18.376	4	-	-	2.180	20.560
Custo Total	48.642	174	6	4	10.998	59.824
Depreciação acumulada	(30.266)	(170)	(6)	(4)	(8.818)	(39.264)
Valor Residual	18.376	4	-	-	2.180	20.560
Saldos em 31 de dezembro 2022	18.376	4	-	-	2.180	20.560
Aquisição	10.769	-	-	-	5.987	16.756
Depreciação / Exaustão / Amortização	(639)	(1)	-	-	(2.679)	(3.319)
Saldos em 31 de dezembro 2023	28.506	3	-	-	5.488	33.997
Custo Total	59.411	174	6	4	16.985	76.580
Depreciação acumulada	(30.905)	(171)	(6)	(4)	(11.497)	(42.583)
Valor Residual	28.506	3	-	-	5.488	33.997
Taxas Anuais de depreciação - %	0-30	20	10-25	4-10	1-10	

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

10. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aquisição bauxita (i)	287	74
Outras contas a pagar (ii)	2.363	1.892
	<u>2.650</u>	<u>1.966</u>

(i) Redução do saldo se deve ao pagamento de excedente de bauxita em dezembro de 2022.

(ii) Aumento do volume no contas a pagar de fornecedores nacionais.

11. Provisão Restauração Ambiental

	<u>12/2023</u>	<u>12/2022</u>
Saldo inicial	3.219	4.922
Adição de provisões CP	4.003	-
Adição de provisões LP	5.802	1.107
Baixa de provisões LP	(3.824)	(2.810)
Total da provisão	<u>9.200</u>	<u>3.219</u>

O saldo registrado na rubrica de provisão para restauração ambiental refere-se aos valores provisionados pela Companhia para futuros gastos para retornar ao estado original as áreas mineradas (principalmente na parte de solo, vegetação e fauna) e para o correto descarte de resíduo de processos produtivos e o monitoramento dos respectivos.

No encerramento do ano de 2023 o saldo desta provisão era de R\$ 9.200 (em 2022 R\$ 3.219) para cobrir gastos futuros necessários à recuperação ambiental sobre as áreas de mineração da empresa.

12. Outros Passivos

Em 2023 a Companhia firmou contrato para exploração de minério de bauxita em mina situada no local denominado Limoeiro, sendo R\$ 6.837 a curto prazo e R\$ 3.931 a longo prazo (máximo 3 anos).

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais com sociedades ligadas, na compra e venda de produtos. Tais transações são efetuadas dentro de condições, incluindo preços e prazos, normais de mercado.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto por 11.061.095 ações ordinárias sem valor nominal.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

b) Dividendos Propostos

No encerramento do exercício de 2023 foram propostos R\$1.272 a título de dividendos mínimos obrigatórios referente ao resultado do exercício de 2023. No encerramento do exercício de 2022 foram propostos R\$1.540 a título de dividendos mínimos obrigatórios referente ao resultado do exercício de 2022.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de lucro para investimentos

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2023 foi constituída reserva para investimentos no valor de R\$3,562. Em 2022 foi constituída reserva para investimentos no valor de R\$1.100.

O saldo desta reserva de investimento será destinado para projetos de exploração de reservas de bauxita e outros projetos que visam a melhoria da eficiência operacional da Companhia.

15. Receitas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	29.611	23.880
Impostos e deduções sobre vendas	(2.936)	(3.336)
Total	<u>26.675</u>	<u>20.544</u>

16. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes, pela administração, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e suas responsabilidades.